Estado do Espírito Santo

## Relatório de Gestão Exercício de 2021



Estado do Espírito Santo

#### 1 - INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão do Exercício Financeiro do ano de 2021 consiste em uma análise da execução orçamentária, financeira, patrimonial e os resultados das ações empreendidas pela Câmara no esforço de melhor cumprir suas competências constitucionais e legais como órgão de controle externo, em cumprimento ao disposto no inciso II do art. 137 da Resolução TC nº 261, de 4 de junho de 2013.

#### 2 - COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

A Câmara Municipal possui funções de fiscalização financeira e de controle externo do Poder Executivo, de julgamento político-administrativo, desempenhando ainda as atribuições que lhe são próprias, atinentes à gestão dos assuntos de sua economia interna.

Com o auxílio do Tribunal de Contas, exerce a fiscalização orçamentária, contábil, operacional e patrimonial do Município e abrange os aspectos de legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade de atos que gerem receita ou despesa pública.

#### 3 - PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

A Câmara Municipal desempenha um papel relevante como órgão de controle externo da gestão dos recursos públicos municipais.

Busca a cada dia aperfeiçoamento para a eficiência e a eficácia do controle, com a implementação de novas ações e projetos necessários ao cumprimento de sua missão institucional.

Por outro lado, são crescentes as demandas da sociedade pela excelência da gestão, seja pela qualidade na prestação de serviços governamentais ou transparência no uso dos recursos públicos.

Tem como prioridade a eficiência, alcançando os resultados institucionais com qualidade, celeridade, economicidade e transparência, disponibilizando em tempo real e com clareza, as informações aos cidadãos.

É composta por 13 vereadores e quadro próprio de servidores para cumprir finalidades de apoio técnico e administrativo do órgão.

Estado do Espírito Santo

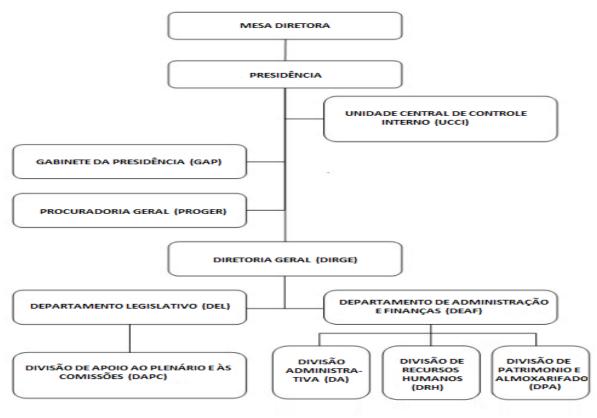
A Resolução nº 346 de 18 de novembro de 2005, que dispõe sobre a organização administrativa do Poder Legislativo, apresenta a seguinte organização administrativa básica:

- I ÓRGÃO DE DIREÇÃO SUPERIOR: (Redação dada pela Resolução nº 400/2015)
- a) Mesa Diretora
- II UNIDADES DE ASSESSORAMENTO:
- a) Gabinete da Presidente;
- b) Procuradoria Geral
- III UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO:
- a) Controladoria Geral
- IV ÓRGÃO DE DIREÇÃO EXECUTIVA:

Diretoria Geral

- V UNIDADE DE APOIO PARLAMENTAR:
- a) Departamento Legislativo
- VI UNIDADE DE APOIO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO:
- a) Departamento de Administração e Finanças.

#### **ORGANOGRAMA**



Estado do Espírito Santo

#### 3.1 - GESTÃO DOS RECURSOS

#### Priorização da eficiência na gestão dos recursos públicos

A Mesa Diretora priorizou a economia de recursos com o uso racional e eficiente dos gastos públicos. Com as medidas adotadas para a contenção de gastos, houve um superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do primeiro ano da gestão da Mesa Diretora no montante de R\$ 1.017.684,33, que será restituído ao caixa único do Tesouro do município no exercício de 2022, na forma da Instrução Normativa Nº 74, de 15 de junho de 2021, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

#### 3.2 - DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

#### Sessões do Legislativo

As sessões do Legislativo Municipal acontecem todas as terças-feiras, às 17 horas, no plenário Antenor Nardotto e são transmitidas ao vivo pelo Facebook e no canal do YouTube.

A transmissão é uma das ações de transparência do Legislativo e tem como objetivo ampliar a divulgação das sessões ordinárias para a população, principalmente aos moradores do interior do município que tem dificuldade de acesso às sessões presenciais.

#### 4 - PROCESSO LEGISLATIVO

O exercício da atividade legislativa concretiza-se com a elaboração de proposições (projetos, indicações, requerimentos) entre outras atividades que formalizam a ação parlamentar.

O Departamento Legislativo (DEL) da Câmara Municipal de Nova Venécia-ES tem por objetivo a execução das atividades de apoio necessárias ao processo legislativo e às comissões da Câmara, incluindo as atividades de informação e documentação legislativas.

Importante salientar, que por se tratar do início da 17ª legislatura, com uma renovação dos vereadores que compõem este legislativo, o Departamento Legislativo (DEL) foi fundamental para orientar e acompanhar os novos parlamentares no desenvolvimento de suas atividades.

A Divisão de Apoio ao Plenário e Comissões, órgão integrante da estrutura do Departamento Legislativo, atuou com o suporte técnico ao Plenário, comissões da Câmara Municipal, bem como na área de processo legislativo, elaborando projetos de leis ordinárias e complementares,

Estado do Espírito Santo

resoluções, decretos legislativos, e redigindo pareceres técnicos das comissões para orientar o Plenário nas votações dos projetos.

Servidores do Departamento Legislativo trabalharam diretamente junto à Comissão de revisão do Regimento Interno (Portaria nº 2.391/2021) avaliando a minuta de um novo regimento interno para o Legislativo municipal que será formatado e revisado para chegar ao texto do projeto a ser apresentado na Câmara para apreciação pelo Plenário.

Como atividades excepcionais, consta a participação de servidores do Departamento Legislativo na Comissão de Atualização do Regimento Interno (Portaria nº 2.391/2021), por meio de reuniões semanais de trabalho, dando apoio técnico e apontando sugestões para elaboração do novo regimento da Câmara Municipal.

Consta ainda a participação de servidores do Departamento Legislativo na Comissão de Desburocratização e Simplificação da Liberdade Econômica (Portaria nº 2.389/2021), cuja finalidade, entre outras, é a atualização da legislação municipal no que diz respeito, principalmente, ao desenvolvimento econômico.

O levantamento das atividades relacionadas à produção legislativa da Câmara Municipal de Nova Venécia-ES, em 2021, apresenta os seguintes dados:

|                                |       | 17ª Legislatura |
|--------------------------------|-------|-----------------|
| TIPO DE PROPOSIÇÃO/DOCUMENTO   | SIGLA | 2021            |
|                                |       | Quantidade      |
| PROPOSIÇÕES APRESENTADAS:      |       |                 |
| Emendas a projetos:            | EMM-P | 21              |
| - Emenda Aditiva               | EMA   | 8               |
| - Emenda Modificativa          | EMM   | 10              |
| - Emenda Supressiva            | EMS   | 3               |
| Indicação                      | IND   | 214             |
| Projeto de Lei Ordinária       | PLO   | 62              |
| Projeto de Lei Complementar    | PLC   | 1               |
| Projeto de Resolução           | PRE   | 2               |
| Projeto de Decreto Legislativo | PDL   | 4               |

| Proposta de Emenda à Lei Orgânica                                       | PELO                 | 0   |
|---|----------------------|-----|
| Requerimento  | REQ                  | 102 |
| Pareceres de Comissão Permanente  | PAR-CP               | 76  |
| Relatórios:   | REL                  | 4   |
| - Relatório de Comissão Processante                                     | REL-CPR              | 0   |
| - Relatório da Corregedoria   | REL-COR              | 0   |
| - Relatório de Audiência Pública  | REL-AUD              | 4   |
| Substitutivos a Projetos  | SUB-P                | 0   |
| DOCUMENTOS ELABORADOS:  |                      |     |
| Pautas de Sessão Plenária   | PAT-SP               | 48  |
| - Pauta Sessão Ordinária  | PAT-SO               | 45  |
| - Pauta Sessão Extraordinária   | PAT-SE               | 2   |
| - Pauta Sessão Solene   | PAT-SS               | 1   |
| - Pauta Sessão Legislativa Extraordinária                               | PAT-SLE              | 0   |
| Pautas de Reuniões de Comissões Permanentes                             | PAT-RN-CP            | 50  |
| - Pauta reunião Comissão Permanente CAMA                                | PAT-RN-CAMA          | 2   |
| - Pauta reunião extraordinária CAMA                                     | PAT-RE-CAMA          | 0   |
| - Pauta reunião ordinária CAMA  | PAT-RO-CAMA          | 2   |
| - Pauta Reunião Comissão Permanente CESA                                | PAT-RN-CESA          | 7   |
| - Pauta reunião extraordinária CESA                                     | PAT-RE-CESA          | 0   |
| - Pauta reunião ordinária CESA  | PAT-RO-CESA          | 7   |
| - Pauta reunião Comissão Permanente CFO                                 | PAT-RN-CFO           | 20  |
| - Pauta reunião extraordinária CFO                                      | PAT-RE-CFO           | 3   |
| - Pauta reunião ordinária CFO   | PAT-RO-CFO           | 17  |
| - Pauta Reunião Comissão Permanente CLJRF                               | PAT-RN-CLJRF         | 20  |
| - Pauta reunião extraordinária CLJRF                                    | PAT-RE-CLJRF         | 0   |
| - Pauta reunião ordinária CLJRF   | PAT-RO-CLJRF         | 20  |
| - Pauta reunião ordinária CLJRF de Sessão<br>Legislativa Extraordinária | PAT-RN-CLJRF-<br>SLE | 0   |

| - Pauta Reunião Comissão Permanente COSP      | PAT-RN-COSP   | 1  |
|---|---------------|----|
| - Pauta reunião extraordinária COSP           | PAT-RE-COSP   | 0  |
| - Pauta reunião ordinária COSP                | PAT-RO-COSP   | 1  |
| Atas de Sessão Plenária:                      | ATA-SP        | 48 |
| - Ata sessão ordinária                        | ATA-SO        | 45 |
| - Ata sessão extraordinária                   | ATA-SE        | 2  |
| - Ata sessão solene                           | ATA-SS        | 1  |
| - Ata Sessão Legislativa Extraordinária       | ATA-SLE       | 0  |
| Atas de reuniões de Comissões Permanentes     | ATA-RE-CP     | 47 |
| - Ata reunião Comissão Permanente CAMA        |               | 2  |
| - Ata reunião extraordinária CAMA             | ATA-RE-CAMA   | 0  |
| - Ata reunião ordinária CAMA                  | ATA-RO-CAMA   | 2  |
| - Ata reunião Comissão Permanente CESA        |               | 6  |
| - Ata reunião extraordinária CESA             | ATA-RE-CESA   | 0  |
| - Ata reunião ordinária CESA                  | ATA-RO-CESA   | 6  |
| - Ata reunião Comissão Permanente CFO         |               | 20 |
| - Ata reunião extraordinária CFO              | ATA-RE-CFO    | 3  |
| - Ata reunião ordinária CFO                   | ATA-RO-CFO    | 17 |
| - Ata reunião Comissão Permanente CLJRF       |               | 18 |
| - Ata reunião extraordinária CLJRF            | ATA-RE-CLJRF  | 0  |
| - Ata reunião ordinária CLJRF                 | ATA-RO-CLJRF  | 18 |
| - Ata Sessão Legislativa Extraordinária CLJRF | ATA-SLE-CLJRF | 0  |
| - Ata reunião Comissão Permanente COSP        |               | 1  |
| - Ata reunião extraordinária COSP             | ATA-RE-COSP   | 0  |
| - Ata reunião ordinária COSP                  | ATA-RO-COSP   | 1  |
| AGENDAS REALIZADAS:                           |               |    |
| Sessões Plenárias realizadas                  | SP            | 48 |
| - Ordinária                                   | SO            | 45 |

| - Extraordinária   | SE            | 2   |
|--|---------------|-----|
| - Solene   | SS            | 1   |
| - Sessão Legislativa Extraordinária                                  | SLE           | 0   |
| Audiência pública realizadas   | AP            | 4   |
| Reuniões de Comissões Permanentes realizadas                         | RE-CP         | 47  |
| - Reunião Comissão de Agricultura e Meio Ambiente (CAMA)             | RN-CAMA       | 2   |
| - Reunião extraordinária CAMA  | RE-CAMA       | 0   |
| - Reunião ordinária CAMA   | RO-CAMA       | 2   |
| - Reunião Comissão de Educação, Saúde e<br>Assistência (CESA)        | RN-CESA       | 6   |
| - Reunião extraordinária CESA  | RE-CESA       | 0   |
| - Reunião ordinária CESA   | RO-CESA       | 6   |
| - Reunião Comissão de Finanças e Orçamento (CFO)                     | RN-CFO        | 20  |
| - Reunião extraordinária CFO   | RE-CFO        | 3   |
| - Reunião ordinária CFO  | RO-CFO        | 17  |
| - Reunião Comissão de Legislação, Justiça e<br>Redação Final (CLJRF) | RN-CLJRF      | 18  |
| - Reunião extraordinária CLJRF                                       | RE-CLJRF      | 0   |
| - Reunião ordinária CLJRF  | RO-CLJRF      | 18  |
| - Reunião Sessão Legislativa Extraordinária CLJRF                    | ATA-SLE-CLJRF |     |
| - Reunião Comissão de Obras e Serviços Públicos (COSP)               | RN-COSP       | 1   |
| - Reunião extraordinária COSP  | RE-COSP       | 0   |
| - Reunião ordinária COSP   | RO-COSP       | 1   |
| PROPOSITURAS APROVADAS:  |               | 126 |
| Emendas aprovadas  | EMM           | 20  |
| Projetos aprovados:  |               | 50  |
| - Projeto de Lei Ordinária   | PLO           | 46  |

Estado do Espírito Santo

| - Projeto de Lei Complementar                 | PLC     | 0     |
|---|---------|-------|
| - Projeto de Resolução                        | PRE     | 0     |
| - Projeto de Decreto Legislativo              | PDL     | 4     |
| - Proposta de Emenda à Lei Orgânica           | PELO    | 0     |
| Substitutivos aprovados                       | SUB-P   | 0     |
| Requerimentos aprovados                       | REQ     | 52    |
| Vetos apreciados                              | VET     | 4     |
| NORMAS JURÍDICAS:                             |         |       |
| - Lei ordinária                               | LO      | 46    |
| - Lei Complementar                            | LC      | 0     |
| - Resolução                                   | RE      | 0     |
| - Decreto Legislativo                         | DL      | 4     |
| - Emenda à Lei Orgânica                       | ELO     | 0     |
| CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS:                   |         |       |
| Ofícios:                                      | OFI     | 595   |
| - Ofício do Gabinete da Presidência           | OFI-GAP | 219   |
| - Ofício de Gabinete dos Vereadores           | OFI-VER | 250   |
| - Ofício de Comissão Permanente               | OFI-CP  | 20    |
| Ofícios Circulares:                           | OFC     | 13    |
| - Ofício Circular do Gabinete da Presidência  | OFC-GAP | 3     |
| - Ofício Circular de Gabinete dos Vereadores  | OFC-VER | 10    |
| Memorandos:                                   | MEM     | 168   |
| - Memorando do Gabinete da Presidência        | MEM-GAP | 128   |
| - Memorando de Gabinete dos Vereadores        | MEM-VER | 22    |
| - Memorando de Comissão Permanente            | MEM-CP  | 18    |
| Memorandos de Unidades Administrativas:       |         |       |
| - Memorando do Departamento Legislativo       | MEM-DEL | 50    |
| Os dados apresentados acima foram trabalhados | 1 / C   | ~ , 1 |

Os dados apresentados acima foram trabalhados em gráficos que serão apresentados evidenciando os dados mais importantes.

Estado do Espírito Santo

## 4.1. DAS PRODUÇÃO LEGISLATIVA:



O gráfico apresenta todas as proposições apresentadas ao Poder Legislativo Municipal sujeitas ou não à deliberação do Plenário, tanto de origem do Executivo como do Legislativo.

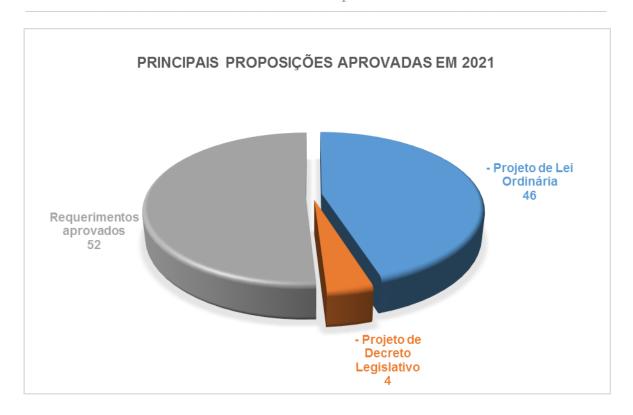
Estado do Espírito Santo



Nesse gráfico foram destacadas apenas as proposições mais importantes apresentadas ao Legislativo no ano de 2021.



Estado do Espírito Santo





Dos projetos de leis ordinárias aprovados, o Chefe do Executivo vetou quatro deles. Contudo, um veto foi considerado inexistente, pois não atacou o autógrafo encaminhado pela Câmara,

Estado do Espírito Santo

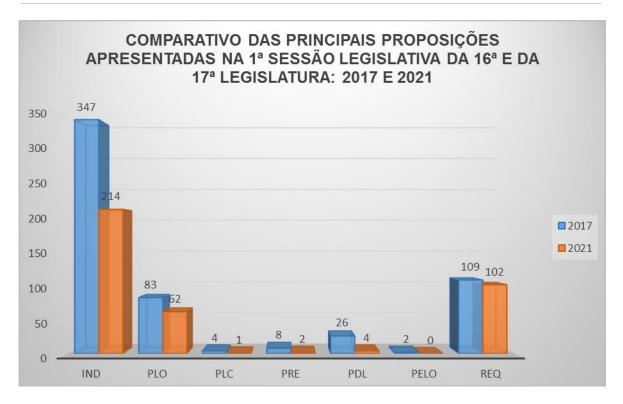
mas sim, um documento pertencente à fase constitutiva do processo legislativo, além de realizar vetos em dispositivos inexistentes.

Assim, foram considerados três vetos válidos apresentados, sendo um veto total e dois vetos parciais. Todos esses projetos de leis vetados foram de iniciativa de vereadores.



O ordenamento jurídico municipal foi acrescido de quarenta e seis leis ordinárias no ano de 2021 decorrentes do processo legislativo. Não houve alteração na Lei Orgânica Municipal e nem mesmo no Regimento Interno da Câmara Municipal.

Estado do Espírito Santo



O gráfico acima traz um comparativo das principais proposições no primeiro ano de mandato da 16<sup>a</sup> legislatura (2017) e da 17<sup>a</sup> legislatura (2021). O destaque é para o volume de indicações apresentadas no ano de 2017, contudo, trata-se de uma situação inusitada.

Estado do Espírito Santo

#### **4.2. DAS AGENDAS LEGISLATIVAS:**

Para a efetivação do processo legislativo ao longo do ano de 2021 foram realizadas as seguintes agendas:



Estado do Espírito Santo





Por força da Pandemia do COVID-19, houve suspensão do expediente da Câmara Municipal, bem como de sessões plenárias e de reuniões de comissões permanentes. A Portaria nº 2.388, de 26 de março de 2021, suspendeu as sessões ordinárias entre os dias 26 de março de 2021 a

Estado do Espírito Santo

6 de abril de 2021, como medida cautelar diante do avanço dos casos confirmados e suspeitos no estado da nova variante inglesa do coronavírus (COVID-19).

A suspensão das atividades no Poder Legislativo Municipal ocorreu sem que que prejudicasse o andamento e apreciação das matérias, inclusive com a realização de audiências públicas imprescindíveis para a análise e apreciação de projetos.

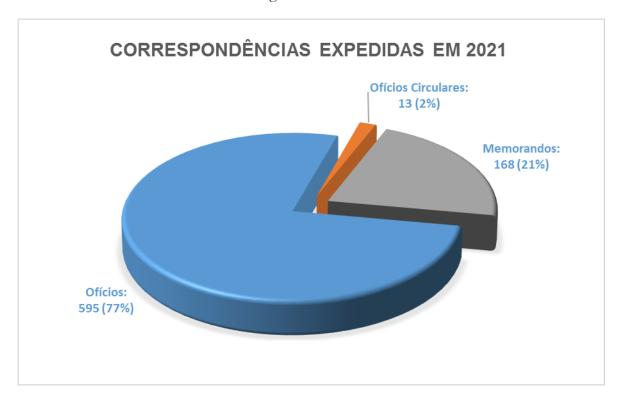
Todas as sessões realizadas foram presenciais seguindo as medidas preventivas no combate ao coronavírus e transmitidas pelas redes sociais.

Como medida responsável para atender aos protocolos de distanciamento no combate ao coronavírus, não foram realizadas sessões solenes, exceto a de instalação da 17ª Legislatura e posse dos vereadores, prefeito e vice-prefeito.

Estado do Espírito Santo

#### **4.3. DOS EXPEDIENTES E OUTRAS ATIVIDADES:**

Os principais expedientes expedidos pelo Poder Legislativo para comunicação interna e externa ficaram distribuídas conforme o gráfico abaixo.



As informações sobre as atividades legislativas estão sendo atualizadas no site da Câmara Municipal dando continuidade aos trabalhos de manutenção e alimentação dos bancos de dados disponíveis para acesso ao público: legislação em texto integral (norma original e texto compilado); proposições apresentadas, das pautas, das atas, da lista de inscrição e do registro de presença dos vereadores nas sessões plenárias, entre outras informações inclusive sobre os vereadores e as comissões permanentes.

As pautas das sessões plenárias, as proposições e outros documentos correlacionados são disponibilizados na página da Câmara Municipal (<a href="www.cmnv.es.gov.br">www.cmnv.es.gov.br</a>) logo após a publicação da pauta na sexta-feira que antecede a realização da sessão, no átrio da sede do Poder Legislativo, e são encaminhados, por e-mail, aos vereadores e às unidades administrativas.

Estado do Espírito Santo

Também foram executadas ações correlacionadas ao processo legislativo face à Lei de Acesso à Informação e ao portal da transparência:

- escaneamento das proposições e normas para disponibilizar no site da Câmara Municipal;
- preparação de documentos e/ou processos para arquivamento;
- escaneamento de os documentos e/ou processos para arquivamento e cadastro no sistema de gerenciamento eletrônico de documentos;
- cadastramento de processos no sistema de gerenciamento eletrônico de documentos;
- diversos atendimentos de pedido de informação;
- diversos atendimentos por telefone e presenciais para orientação para consultas à página da Câmara Municipal.

#### 5 - GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

No decorrer do exercício de 2021, os recursos recebidos sob a forma de duodécimos foram requeridos pela Câmara de acordo com o Cronograma de Desembolso estabelecido para o exercício, viabilizando os respectivos dispêndios.

A Câmara Municipal recebeu transferências financeiras do Poder Executivo, na importância de 5.743.111,67, correspondente a 7% das receitas tributárias e transferências constitucionais auferidas pelo município do exercício anterior.

A Câmara encerrou o exercício com saldo financeiro de R\$ 1.468.569,35, sendo R\$ 1.047,80 em conta movimento e R\$ 1.467.521,55 em aplicações Financeiras. R\$ 445.437,92 são comprometidos com consignações e depósitos, e R\$ 5.447,10 com Restos a Pagar Não Processados.

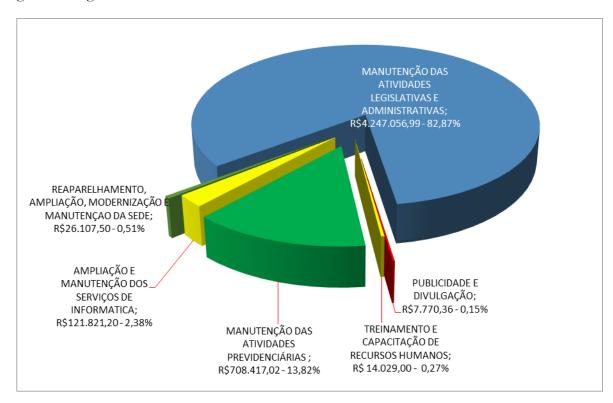
O orçamento da Câmara Municipal para o exercício financeiro de 2021 foi fixado pela Lei municipal nº 3.585/2020, no valor de R\$ 6.782.215,00 (seis milhões, setecentos e oitenta e dois mil, duzentos e quinze reais). Houve créditos adicionais suplementares durante sua execução no valor de 140.000,00, resultante da anulação de dotações orçamentária da própria unidades gestora, nos termos do inciso III, § 1º, artigo 43 da Lei 4.320/64. As dotações iniciais e finais, bem como a execução orçamentária de todas as programações alocadas no orçamento da Câmara estão evidenciadas no quadro abaixo:

Estado do Espírito Santo

#### DEMONSTRATIVO DA DESPESA ANUAL

| PROJETO/ATIVIDADE   | ORÇADA       | EMPENHADA    | LIQUIDADA    | PAGA         | EMPENHADA<br>A PAGAR |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|----------------------|
| 2.001 - MANUTENÇÃO DAS ATIV. LEGISLATIVAS E ADMINISTRATIVAS | 5.169.030,00 | 4.247.390,76 | 4.247.056,99 | 4.247.056,99 | 333,77               |
| 2.003 - PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS                    | 33.738,00    |              |              |              |                      |
| 1.001 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS                               | 101.784,00   |              |              |              |                      |
| 2.004 - PUBLICIDADE DIVULGAÇÃO                              | 147.386,00   | 7.770,36     | 7.770,36     | 7.770,36     |                      |
| 2.006 - TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS       | 39.136,00    | 14.029,00    | 14.029,00    | 14.029,00    |                      |
| 2.008 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMÁTICA  | 252.143,00   | 126.934,53   | 121.821,20   | 121.821,20   | 5.113,33             |
| 2.009 - REAP, AMPL, MODERNIZAÇÃO E MANUT. DA SEDE DA CÂMARA | 73.857,00    | 26.107,50    | 26.107,50    | 26.107,50    |                      |
| 2.025 - APLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO                       | 44.392,00    |              |              |              |                      |
| 2.007 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES PREVIDENCIÁRIAS           | 920.749,00   | 708.417,02   | 708.417,02   | 708.417,02   |                      |
| TOTAL GERAL:  | 6.782.215,00 | 5.130.649,17 | 5.125.202,07 | 5.125.202,07 | 5.447,10             |

A despesa liquidada por projeto/atividade no exercício ficou assim distribuída, conforme gráfico a seguir:



As despesas com pessoal ficaram em R\$ 4.112.301,38, abaixo da metade do limite máximo estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, atingindo 2,40% da Receita Corrente Líquida.

Estado do Espírito Santo

A despesa com folha de pagamento, excluída os encargos patronais, ficou em R\$ 3.516.077,01 – 61,22% das transferências recebidas no exercício, atendendo o limite disposto no §1° do artigo 29-A da Constituição Federal.

|   | RECEITA<br>CORRENTE<br>LÍQUIDA | TRANSFERÊNCIAS<br>RECEBIDAS<br>(DUODÉCIMOS) | VALOR<br>LIQUIDADO | INSCRITAS<br>EM RESTOS A<br>PAGAR | REALIZADA | LIMITE<br>MÁXIMO |
|---|--------------------------------|---|--------------------|-----------------------------------|-----------|------------------|
| DESPESA LIQUIDADA COM<br>PESSOAL E ENCARGOS | 171.298.480,90                 |   | 4.112.301,38       | 0,00                              | 2,40%     | 6,00%            |
| DESPESA COM FOLHA DE<br>PAGAMENTO           |                                | 5.743.111,67                                | 3.516.077,01       | 0,00                              | 61,22%    | 70,00%           |

No encerramento do exercício foi instituída comissão para realização do inventário anual dos bens do Poder Legislativo, através da Portaria nº 2.456/2021, alterada pelas portarias nº 2.474/2021 e 2.539/2022. A conferência foi realizada em todo o estoque em almoxarifado e conferido em todos os setores os bens móveis registrados no sistema patrimonial.

No encerramento do exercício, o balanço patrimonial demonstrou o Patrimônio Líquido no valor de R\$ 1.442.984,47, com registro da apropriação de férias e contribuições previdenciárias e valores restituíveis, totalizando o Passivo com o valor de R\$ 863.858,70.

#### 6 - CONTROLE INTERNO

A Controladoria Interna da Câmara Municipal de Nova Venécia, tem com finalidade específica de auxiliar as unidades executoras do Poder Legislativo, na execução de suas atividades dentro dos limites pertinentes as atribuições de cada servidor, observando a legalidade, moralidade, impessoalidade e eficácia das ações.

As atividades desenvolvidas pela Unidade Central de Controle Interno – UCCI no decorrer do exercício de 2021 foram pautadas no Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI, aprovado pela Portaria nº 2.296 de 10 de dezembro de 2020. No PAAI foram elencadas as principais atividades a serem executadas em cada mês com a finalidade de acompanhar os atos de gestão em detrimento aos princípios que regem a administração pública.

Além das auditorias, outras ações planejadas são consubstanciadas no Plano de Ação do Controle Interno, aprovado pela portaria nº 2.297 de 10 de dezembro de 2020, para o biênio de 2021/2022, que foi submetido previamente à revisão e aprovação da Presidência da Câmara Municipal de Nova Venécia-ES.

Estado do Espírito Santo

No Plano de Ação do Controle Interno – PACI, estão elencadas informações preliminares sobre as ações de controle planejadas com seus respectivos prazos de execução.

Em 2020, a partir da edição da Instrução Normativa n. 68 de 2020, do TCES, combinada com a Portaria Normativa Nº 88, de 30 de novembro de 2021, definiu-se o modelo de prestação e avaliação das contas da gestão. As alterações na forma de prestação de contas relacionadas às obrigações do UCCI, destaca-se a inclusão do uma nova ferramenta de controle, Informação do Controle Interno - INFOCI.

Dos pontos de controle e objetos passíveis de integrarem as análises e auditorias a serem realizadas anualmente pela unidade de controle interno para fins de elaboração da manifestação do controle interno, os seguintes pontos de controle foram analisados pela UCCI no exercício de 2021:

## 1.1.1 RESUMO DOS RESULTADOS APURADOS NOS PONTOS DE CONTROLE ANALISADOS

#### 1. Itens de abordagem prioritária 1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária Código Objeto/Pont Processos Base legal Procedimento Universo do Amostra o de controle Administrativos Ponto de Selecionada analisados Controle 1.1.2 Lei 4.320/1964, 10 Processos Despesa Processos Avaliar se foram 477 Processos realização sem despesas art. 60 realizadas despesas prévio Empenhos: sem emissão de prévio empenho. empenho 10/2021; 41/2021; 107/2021; 122/2021; 143/2021; 150/2021; 187/2021; 220/2021; 326/2021; 415/2021

**Análise:** analisou-se por amostragem, 10 (dez) processos de aquisição de materiais/serviços, buscando verificar se as notas de empenhos foram emitidas em data posterior à execução do serviço ou da aquisição do bem. Das amostras selecionadas verificou-se que todas as notas de empenho foram emitidas previamente, não sendo evidenciada nenhuma inconsistência

| 1.2. Gestão Previdenciária |               |                 |                 |                     |                |                |
|----------------------------|---------------|-----------------|-----------------|---------------------|----------------|----------------|
| Código                     | Objeto/Pont   | Processos       | Base legal      | Procedimento        | Universo do    | Amostra        |
|                            | o de controle | Administrativos |                 |                     | Ponto de       | Selecionada    |
|                            |               | analisados      |                 |                     | Controle       |                |
| 1.2.1                      | Registro por  | Empenhos        | CF/88, art. 40. | Verificar se foram  | R\$ 708.417,02 | R\$ 708.417,02 |
|                            | competência - | 30/2021;        | LRF, art. 69.   | realizados os       |                |                |
|                            | Despesas      | 65/2021;        | Lei 9.717/1998  | registros contábeis |                |                |

Estado do Espírito Santo

| Previder | nciárias 105/2021; | Art. 1°          | orçamentários e    |  |
|----------|--------------------|------------------|--------------------|--|
| Patronai | s 126/2021;        | e Lei 8.212/1991 | patrimoniais das   |  |
|          | 206/2021           |                  | despesas com       |  |
|          | 245/2021;          |                  | obrigações         |  |
|          | 290/2021;          |                  | previdenciárias,   |  |
|          | 347/2021;          |                  | decorrentes dos    |  |
|          | 402/2021.          |                  | encargos patronais |  |
|          | 431/2021.          |                  | da entidade        |  |
|          | 455/2021           |                  | referentes às      |  |
|          | 474/2021           |                  | alíquotas normais  |  |
|          |                    |                  | e suplementares,   |  |
|          |                    |                  | observando o       |  |
|          |                    |                  | regime de          |  |
|          |                    |                  | competência        |  |

**Análise:** As despesas com o pagamento das contribuições previdenciárias patronais totalizaram R\$ 708.417,02 (setecentos e oito mil, quatrocentos e dezessete reais, dois centavos) pagos ao Regime Geral da Previdência Social.

O registro orçamentário dessa despesa com o RGPS foi realizado na natureza de despesa 3.1.90.13 – Obrigações Patronais O registro patrimonial das despesas com o RGPS foi realizado na conta contábil 3.1.2.2.03.01 – Contribuições previdenciárias

Nota: A CMNV é regida pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, que tem suas políticas elaboradas pelo Ministério da Previdência Social (MPS) e executadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Considerando o RGPS, a parte patronal sobre contribuições previdenciárias foi apurada mensalmente e recolhida regularmente, com o devido registro contábil

| 1.3. Ges | stão Patrimo  | nial   |   |  |  |                        |
|----------|---|--|---|--|--|------------------------|
| Código   | Objeto/<br>Ponto de<br>controle   | Processos<br>Administrativos<br>analisados   | Base legal  | Procedimento   | Universo do<br>Ponto de<br>Controle  | Amostra<br>Selecionada |
| 1.3.1    | Bens em Estoque, móveis, imóveis e intangíveis - registro contábil compatibilida- de com inventário | Relatório de - Inventário Anual  Termos Circunstanciados da comissão responsável  BALVER – Balancete de Verificação          | CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.  | Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações. | Bens em<br>Estoque: R\$<br>20.623,62<br>Bens Móveis: R\$<br>341.176,10<br>Bens Imóveis:<br>R\$ 521.691,07<br>Itangível: R\$<br>39.728,00 | Todo o universo        |
| Código   | Objeto/Pon<br>to de   | Processos<br>Administrativo  | Base legal  | Procedimento   | Universo do<br>Ponto de  | Amostra<br>Selecionada |
|          | controle  | s analisados   |   |  | Controle   | Selecionada            |
| 1.3.4    | Disponibilidad<br>es financeiras -<br>depósito e<br>aplicação.                                      | 12 repasses de R\$ 478.592,64 referentes a duodécimos mensais e extratos bancários. Termo de Verificação de Disponibilidades | 12 repasses de R\$ 478.592,64 referentes a duodécimos mensais e extratos bancários. Termo de Verificação de | Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações  | R\$ 5.743.111,67   | R\$ 5.743.111,67       |

Estado do Espírito Santo

|  | da UG | Disponibilidades<br>da UG | financeiras<br>confrontando os<br>valores registrados |  |
|--|-------|---------------------------|---|--|
|  |       |                           | com os extratos                                       |  |
|  |       |                           | bancários no final                                    |  |
|  |       |                           | do exercício.   |  |

Ánálise: A CMNV possui duas contas no BANESTES. Uma Corrente e outra de Aplicação. Nestas contas são recebidos os recursos de duodécimos, repassados pela Prefeitura Municipal de Nova Venecia durante o exercício de 2021. Possui ainda uma conta corrente na Caixa Econômica Federal.

As demonstrações contábeis evidenciam a integridade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras, estando devidamente conciliados pelo Departamento Contábil/Financeiro.

#### 1.4. Limites constitucionais e legais

| Código | Objeto/Pont   | Processos         | Base legal    | Procedimento        | Universo do      | Amostra          |
|--------|---------------|-------------------|---------------|---------------------|------------------|------------------|
| Ü      | o de controle | Administrativos   | · ·           |                     | Ponto de         | Selecionada      |
|        |               | analisados        |               |                     | Controle         |                  |
| 1.4.13 | Poder         | Notas de          | CRFB/88, art. | Avaliar se o gasto  | R\$ 3.516.077,01 | R\$ 3.516.077,01 |
|        | Legislativo   | pagamentos e      | 29 - A, § 1°  | total com a folha   |                  |                  |
|        | Municipal –   | Balancete isolado |               | de pagamento da     |                  |                  |
|        | despesa com   | conta contábil    |               | CMNV não            |                  |                  |
|        | folha de      |                   |               | ultrapassou setenta |                  |                  |
|        | pagamento     |                   |               | por cento dos       |                  |                  |
|        |               |                   |               | recursos            |                  |                  |
|        |               |                   |               | financeiros         |                  |                  |
|        |               |                   |               | recebidos a título  |                  |                  |
|        |               |                   |               | de transferência de |                  |                  |
|        |               |                   |               | duodécimos no       |                  |                  |
|        |               |                   |               | exercício           |                  |                  |

Análise: Considerando que o duodécimo recebido no mesmo exercício foi de R\$ 5.743.111,67 (cinco milhões, setecentos e quarenta e três mil, cento e onze reais, sessenta e sete centavos), a totalização da folha foi de R\$ 3.516.077,01 (três milhões, quinhentos e dezesseis mil, setenta e sete reais, um centavos)) a participação da folha de pagamento no total da receita transferida pelo Município à CMNV foi de 61,22%, cumprindo o dispositivo constitucional do artigo 29-A, § 1°.

Estado do Espírito Santo

#### 1.4. Limites constitucionais e legais

| Código | Objeto/Pont o de controle  | Processos<br>Administrativos   | Base legal                     | Procedimento   | Universo do<br>Ponto de | Amostra<br>Selecionada |
|--------|--|--|--------------------------------|--|-------------------------|------------------------|
|        |  | analisados   |                                |  | Controle                |                        |
| 1.4.17 | Despesas com<br>pessoal -<br>subsídio dos<br>vereadores -<br>fixação | Lei 3173, de 06 e<br>junho de 201215<br>de abril de 2011 e<br>empenhos | CRFB/88, art.<br>29, inciso VI | Avaliar se a fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra. | R\$ 774.540,00          | R\$ 774.540,00         |

Análise: Considerando que a estimativa da população residente no Município de Nova Venécia, calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2013, data da fixação do subsídio, foi de 46.031 (quarenta e seis mil, trinta e um) habitantes., subsídio dos vereadores da CMNV deveria ser limitado a, no máximo, 30% (trinta por cento) do subsídio dos deputados estaduais, conforme disposto na alínea "b" do inciso VI do artigo 29 do texto constitucional.

A Lei Municipal nº 3.173/2012, publicada em 06 de junho de 2012, fixou o subsídio dos vereadores do Município de Nova Venécia para a legislatura do quadriênio 2013 a 2016, inalterada até a presente data, em R\$ R\$ 4.965,00 (quatro mil novecentos e sessenta e cinco reais).

À data da fixação do subsídio dos vereadores, o valor do subsídio dos deputados estaduais, fixado pela Lei Estadual nº 9.612 de 29 de dezembro de 2010 era de R\$ 20.042,34 (vinte mil, quarenta e dois reais, trinta e quatro centavos).

Dessa forma, o subsídio base dos vereadores do Município de Nova Venécia fixado, correspondeu a 24,77% do subsídio dos deputados estaduais, ficando abaixo do limite máximo de 30%, estabelecido pela Constituição Federal.

| Código | Objeto/Pont   | Processos          | Base legal    | Procedimento         | Universo do    | Amostra        |
|--------|---------------|--------------------|---------------|----------------------|----------------|----------------|
|        | o de controle | Administrativos    |               |                      | Ponto de       | Selecionada    |
|        |               | analisados         |               |                      | Controle       |                |
| 1.4.18 | Despesas com  | Lei 3173, de 06 e  | CRFB/88, art. | Avaliar se a fixação | R\$ 774.540,00 | R\$ 774.540,00 |
|        | pessoal -     | junho de 201215    | 29, inciso VI | do subsídio dos      |                |                |
|        | subsídio dos  | de abril de 2011 e |               | Vereadores           |                |                |
|        | vereadores -  | empenhos           |               | atendeu o disposto   |                |                |
|        | pagamento     |                    |               | no artigo 29, inciso |                |                |
|        |               |                    |               | VI, da CRFB/88,      |                |                |
|        |               |                    |               | especialmente os     |                |                |
|        |               |                    |               | limites máximos      |                |                |
|        |               |                    |               | nele fixados e a     |                |                |
|        |               |                    |               | fixação de uma       |                |                |
|        |               |                    |               | legislatura para     |                |                |
|        |               |                    |               | outra.               |                |                |

Análise: conforme analisado no item 1.4.17 acima, o subsídio dos vereadores de Nova Venécia obedeceu aos limites constitucionais, permanecendo inalterado em 2021, não sendo concedido aumento na fixação de subsídios e nenhum reajuste em função da revisão geral anual.

Estado do Espírito Santo

| 1.4.19 | Despesas com<br>pessoal -<br>remuneração<br>vereadores | Empenhos -<br>Pagamento<br>subsídios | CRFB/88, art.<br>29, inciso VII | Avaliar se o total<br>da despesas com a<br>remuneração dos<br>vereadores<br>ultrapassou o<br>montante de 5% | R\$ 774.540,00 | R\$ 774.540,00 |
|--------|--|--------------------------------------|---------------------------------|---|----------------|----------------|
|        |  |                                      |                                 | da receita do município   |                |                |

**Análise:** Durante o exercício de 2021, a despesa empenhada com o subsídio dos vereadores do Município de Nova Venécia totalizou R\$ 774.540,00 (setecentos e setenta e quatro mil, quinhentos e quarenta reais), sendo todo esse valor liquidado e pago no próprio exercício.

De acordo com o Relatório Resumido de Execução Orçamentária do 6º bimestre de 2021, publicado no portal da transparência do Município de Nova Venécia, a receita total do Município de Nova Venécia no exercício de 2021 totalizou R\$ 177.511.285,81 (cento e setenta e sete milhões, quinhentos e onze mil, duzentos e oitenta e cinco reais, oitenta e um centavos).

Dessa forma, o total da despesa com o subsídio dos vereadores do Município de Nova Venécia correspondeu a 0,43% do total da receita arrecadada no Município em 2021, ficando bem abaixo do limite máximo de 5%, estabelecido no inciso VII do artigo 29 da Constituição Federal.

#### 1.5. Demais atos de Gestão

| Código | Objeto/<br>Ponto de<br>controle   | Processos<br>Administrativos<br>analisados  | Base legal  | Procedimento   | Universo do<br>Ponto de<br>Controle | Amostra<br>Selecionada         |
|--------|---|---|---|--|-------------------------------------|--------------------------------|
| 1.5.1  | Documentos integrantes da PCA - compatibilidad e com o normativo do TCES. Checklist | Rol de documentos exigidos pela IN nº 68/2020 anexo III  Documentos listados no PCA | Arquivos<br>exigidos<br>pela IN TC N°<br>68/2020 Anexo<br>III<br>2.4 CONTAS<br>DAS MESAS<br>DIRETORAS<br>DAS<br>CÂMARAS<br>MUNICIPAIS | Análise dos documentos integrantes da PCA se estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas | Todo o universo<br>do controle      | Todo o universo<br>do controle |

Conforme análise, a PCA possui todas as peças obrigatórias e todas estão em conformidade

#### 2. Itens de abordagem complementar

2.1. Instrumentos de planejamento: Plano Plurianual - PPA, Lei da Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentaria Anual - LOA

#### 2.2 Gestão fiscal, financeira e orçamentária

| Código | Objeto/Pont   | Processos       | Base legal | Procedimento | Universo do | Amostra     |
|--------|---------------|-----------------|------------|--------------|-------------|-------------|
|        | o de controle | Administrativos |            |              | Ponto de    | Selecionada |
|        |               | analisados      |            |              | Controle    |             |

Estado do Espírito Santo

| 2.2.24 | Escrituração e | Sistema         |    | LC 101/2000,    | Avaliar se a        | 12 meses | 12 meses |
|--------|----------------|-----------------|----|-----------------|---------------------|----------|----------|
|        | consolidação   | informatizado o | le | art. 50 / Norma | escrituração e      |          |          |
|        | das contas     | contabilidade   |    | Brasileira de   | consolidação        |          |          |
|        | públicas       |                 |    | Contabilidade   | contábil das contas |          |          |
|        |                |                 |    | NBC TSPEC       | públicas obedeceu   |          |          |
|        |                |                 |    | c/c / NBC-T 16  | ao que dis-põe o    |          |          |
|        |                |                 |    |                 | artigo 50 da LRF e  |          |          |
|        |                |                 |    |                 | as normas           |          |          |
|        |                |                 |    |                 | brasileiras de      |          |          |
|        |                |                 |    |                 | contabilidade       |          |          |
|        |                |                 |    |                 | aplicadas ao setor  |          |          |
|        |                |                 |    |                 | público.            |          |          |

**Análise:** A consolidação contábil das contas públicas obedeceu ao que dispõe o artigo 50 da LRF e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.

| Código | Objeto/Pont<br>o de controle                 | Processos<br>Administrativos<br>analisados   | Base legal   | Procedimento  | Universo do<br>Ponto de<br>Controle | Amostra<br>Selecionada                         |
|--------|--|--|--|---|-------------------------------------|--|
| 2.5.4  | Alíquota de<br>contribuição-<br>Recolhimento | Pagamentos ao INSS Parte Patronal (21%)  Parte dos Segurados (Variável, de acordo com a faixa salarial): | CF/88, art.<br>40.LRF, art. 69<br>(RPPS).Lci<br>9717/1998, arts.<br>1° e 3° (RPPS) | Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo as alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação. | R\$ 1.017.915,60                    | Patronal:R\$ 708.417,02  Segurados: 309.498,58 |

**Análise:** A CMNV não possui Regime Próprio de Previdência Social. Segue-se as regras do Instituto Nacional do Seguro Social e obedecendo as alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.

Estado do Espírito Santo

| 2.6. De | 2.6. Demais atos de gestão                         |  |                               |   |   |   |
|---------|--|--|-------------------------------|---|---|---|
| Código  | Objeto/Pont<br>o de controle                       | Processos<br>Administrativos<br>analisados   | Base legal                    | Procedimento  | Universo do<br>Ponto de<br>Controle   | Amostra<br>Selecionada  |
| 2.6.1   | Pessoal - função de confiança e cargos em comissão | Folhas de Pagamento de janeiro a dezembro de 2021 Resolução 348/2005, 346/2005 e 420/2019. | CRFB/88, art.<br>37, inciso V | Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento. | 06 (seis) servidores efetivos que exercem função gratificada 27(vinte e sete) servidores que exercem cargo comissionado | 06 (seis) servidores efetivos que exercem função gratificada 26(vinte e seis) servidores que exercem cargo comissionado |

Análise: A estrutura organizacional da CMNV é regida atualmente pela Resolução 346/2005 e 420/2019, que, dentre outras coisas, dispõe sobre as 05 (cinco) funções de confiança, ou funções gratificadas. Das existentes, todas estão ocupadas por servidores efetivos da CMNV. As resoluções também disciplinam acerca dos 15 (quinze) cargos comissionados existentes na estrutura administrativa, no montante de 27 vagas. No final de 2021, 26 delas estavam ocupadas.

Quanto às atribuições de direção, chefia e assessoramento, este Controle Interno identificou que, nas atribuições de alguns cargos não se encontram explicitamente evidenciado os serviços de direção, chefia e assessoramento, embora na prática exerçam tais atribuições. Esta Controladoria recomendou ao Gestor a revisão das Resoluções acima citadas com fins de adequá-las para o fiel cumprimento da Legislação.

| Código | Objeto/Ponto<br>de controle             | Processos<br>Administrativo<br>s analisados | Base legal                       | Procedimento  | Universo do<br>Ponto de<br>Controle  | Amostra<br>Selecionada |
|--------|---|---|----------------------------------|---|--|------------------------|
| 2.6.6  | Dispensa e inexigibilidade de licitação | Este ponto não foi analizado                | Lei 8.666/93 arts<br>24, 25 e 26 | Avaliar se as contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações | Este ponto não foi analizado no exercício, previsto a realização no ano seguinte |                        |

#### 1.1.2 EXECUÇÃO DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA - PAAI

No ano de 2021, em decorrência da pandemia algumas ações de auditoria previstas no PAAI tiveram suas datas reprogramadas e algumas alteradas.

#### **Auditoria nº 01** – Fiscalização de Contratos

#### Objeto da Auditoria:

- ✓ IN SCL 004/2013 Vigências de Contratos;
- ✓ Contrato 04/2020 CMNV e Empresa Agape Assessoria e Consultoria Ltda;
- ✓ Contrato 01/2021 CMNV e Empresa E & L Produção de Software Ltda
- ✓ Contrato 02/2021 CMNV e Empresa Altoé Revendedora de Combustível Ltda;
- ✓ Contrato 03/2021 CMNV e Empresa Altoé Revendedora de Combustível Ltda

**Objetivo:** Verificar se estão sendo realizados controle e fiscalização dos contratos e aditivos firmados pela CMNV de acordo com a Lei 8.666/93 e normativos internos.

Estado do Espírito Santo

| Descrição do achado   | Recomendações   | Monitoramento das ações recomendadas   |
|---|---|--|
| Ausência de padronização das terminologias utilizadas para designação dos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos | Padronizar as terminologias utilizadas para indicação dos servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos, bem como as atribuições a serem desempenhadas, conforme orienta a Instrução Normativa SCL 004/2013, a partir da sua atualização.  | exclusivamente da fiscalização dos contratos — anexos I, II, III <a href="http://www.cmnv.es.gov.br/uploads/normas/pdf/in-scl006-2021-v1-1634652651.pdf">http://www.cmnv.es.gov.br/uploads/normas/pdf/in-scl006-2021-v1-1634652651.pdf</a> |
| Ausência de Ato de<br>Designação por portaria   | Que a designação do Fiscal seja por meio de Portaria com indicativo do contrato específico que esteja sob sua responsabilidade.   | Aprovação da IN 006/2021 que trata exclusivamente da fiscalização dos contratos - anexos I, II, III  http://www.cmnv.es.gov.br/uploads/normas/pdf/in-scl006-2021-v1-1634652651.pdf   |
| Ausência de ferramentas de acompanhamento e fiscalização de contratos – comprovante de autuação   | Que após designação (Portaria) seja comunicada formalmente ao fiscal nomeado, mediante termo de ciência, disponibilizando cópias de todos os documentos necessários à fiscalização, tais como: termo de referência ou projeto básico; edital de licitação; proposta do licitante bem como Instrução Normativa que dispõe sobre a responsabilidade e os procedimentos de controle da vigência. | Aprovação da IN 006/2021 que trata exclusivamente da fiscalização dos contratos - anexos I, II, III  http://www.cmnv.es.gov.br/uploads/normas/pdf/in-scl006-2021-v1-1634652651.pdf   |

| Auditoria nº 02 – Portal da Transparência e Site Institucional  Objeto da Auditoria: portal da transparência e site institucional – Ouvidoria e IN SCS 001/2015  Objetivo: Verificar sob o aspecto da legalidade, da eficiência e de eficácia se a CMNV está garantindo ao Cidadão direito |  |   |  |  |  |  |
|--|--|---|--|--|--|--|
| de obter, a pedido ou não, info  | ormações públicas, de interesse geral ou part  | icular.   |  |  |  |  |
| Descrição do achado  | Recomendações  | Monitoramento das ações recomendadas  |  |  |  |  |
| encontram-se dispostos de  | Verificar com a empresa prestadora dos serviços de website a reorganização do site com fins de facilitar o acesso. | Foi agendada junto ao responsável uma<br>reunião para as tratativas de reformulação do<br>site, porém, devido às limitações causadas pela<br>pandemia, não foi possível concluir. |  |  |  |  |

| Tempestividade – Receitas e<br>Despesas - Informações<br>desatualizadas   | Notificar os responsáveis pela atualização dos dados a manterem atualizados em tempo real as informações ausentes no site          | Foi realizada reunião com os setores responsáveis pela atualização dos sites, sendo justificado a ausência de atualização ocasionado por problemas técnicos, envolvendo a integração dos sistemas com o poder executivo. |
|---|--|--|
| Ausência de informações<br>exigidas pela legislação -<br>Licitações   | Notificar os responsáveis pela atualização<br>dos dados a manterem atualizados em<br>tempo real as informações ausentes no<br>site | Realizada atualizações em algumas páginas  |
| Ausência de informações em<br>tempo real relatório da<br>posição de estoques e<br>suprimentos                                 |  | Realizada atualizações em algumas páginas  |
| Falta de atualização em algumas páginas no Acesso a informação. Ausência de normativo que disciplina os serviços de ouvidoria | Notificar os responsáveis pela atualização dos dados a manterem atualizados as informações.  | Foram ajustados alguns links e aprovada IN SOU 01/2021 que dispões sobre as atribuições, organização e funcionamento da ouvidoria  http://www.cmnv.es.gov.br/uploads/normas/pdf/po2453in-sou001-2021-v1- 1638904204.pdf  |
| Ausência da Carta de<br>Serviços ao Usuário   | Notificar os responsáveis pela atualização dos dados a manterem atualizados as informações.  | Elaboração e divulgação da "Carta de Serviços ao Usuários" para o biênio 2021 e 2022 http://www.cmnv.es.gov.br/pagina/ler/1043/carta-de-servicos-pagina-em-construcao  |

| Descrição do achado            | Recomendações                                 | Monitoramento das ações recomendadas            |
|--------------------------------|---|---|
| Ausência de um espaço          | Que seja viabilizado espaço físico            | Não realizado em 2021, mas em andamento         |
| físico e-Sic melhor            | contendo formulários e materiais              | para a execução no inicio de 2022               |
| estruturado para atender as    | informativos, garantindo o pleno direito      |   |
| demandas presenciais dos       | aos que não tem acesso as informações,        |   |
| usuários                       | bem como, a promoção de um espaço             |   |
|                                | físico e digital para que o usuário avalie os |   |
|                                | serviços prestados                            |   |
| Ausência de normativas         | Que a administração promova uma               | Realizado a reunião com deliberações e          |
| sobre as publicações e         | reunião com todos os envolvidos nas           | elaborado minuta de IN especifica para          |
| responsabilidades de           | publicações do site a fim de traçar metas     | normatizar as publicações e responsabilidades   |
| inserção das informações       | para melhorar o índice de transparência       | do site. Estudos e propostas de alteração da IN |
| passivas no site institucional | da Câmara Municipal de Nova Venécia,          | SCS 001/2015                                    |
|                                | haja visto o decréscimo dos últimos anos      |   |

Estado do Espírito Santo

Auditoria nº 02 – Serviços Extraordinários – Banco de Horas

**Objeto da Auditoria**: Elemento de Despesa 3.1.90.1644000 – Serviços extraordinários computados no banco de horas e IN SRH 002/2014 v04

Objetivo: Conformidade da realização da despesa a titulo de compensação de horas extraordinárias e horas folgas

| Descrição do achado   | Recomendações  | Monitoramento das ações recomendadas                               |
|---|--|--|
| Ausência de documentos na instrução dos processos de pagamento das Horas Extras c/exigência de normas |  | Até o fim do exercício não havia sido realizado                    |
| internas.   | Que seja oficializado a todos os<br>servidores sobre o art. 1º da Resolução<br>421/2020  | Até o fim do exercício não havia sido realizado                    |
|   | Que seja oficializado as Chefias Imediatas sobre a necessidade o cumprimento da resolução do art. 3º da Resolução 421/2020   | Até o fim do exercício não havia sido realizado                    |
|   | Que seja realizado estudo no sentido da adequação da resolução 421/2020 quanto equiparar o direito das horas extraordinárias aos servidores comissionados haja vista que os mesmos cumprem jornada fixa diária, igualmente aos servidores efetivos | Preparada minuta de Alteração da resolução 421/2021para apreciação |

#### Auditoria nº 04/2021 - Pagamento de Diária

**Objeto da Auditoria**: Elemento de Despesa 3.1.90.14 – Diárias – Pessoal Civil, IN SFI 002 e 003/2013 v04, check-list dos procedimentos exigidos

**Objetivo:** Emiti opinião sobre a conformidade das informações referentes ao pagamento das diárias de vereadores e servidores realizadas no período de 01/01/2021 a 30/06/2021, bem com a tempestividade e qualidade dos registros pertinentes no sistema contábil e administrativo obrigatório - IN SFI 002 e 003/2014 v4

| Descrição do achado | Recomendações | Monitoramento das ações recomendadas |
|---------------------|---------------|--------------------------------------|
|                     |               |                                      |

Estado do Espírito Santo

Falta de descrição detalhada Recomendado que fosse cientificado a da motivação da viagem no instrumento "requerimento 040009/2021 — 1ª Câmara que julgou de Viagem" impossibilitando a avaliação da finalidade vereadores e servidores desta Câmara publica. Ressaltando que a finalidade pública foi comprovada nos demais instrumentos obrigatórios do processo

#### 1.1.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DO CONTROLE INTERNO - 2021

| PLANO DE AÇÃO DO CONTROLE INTERNO     |   |                                  |
|---------------------------------------|---|----------------------------------|
| 2021                                  |   |                                  |
| Atividades                            | Situação  | Justificativa do não cumprimento |
| Elaboração do PAAI - Plano Anual de   | Realizada: http://www.cmnv.es.gov.br/uploads/filema |                                  |
| Auditoria Interna para o exercício de | nager/controladoria/auditoria/2020/PAAI-            |                                  |
| 2022                                  | UCCI 2021.pdf                                       |                                  |
| Auditorias                            | Realizada: http://www.cmnv.es.gov.br/controladoria/ |                                  |
|                                       | pagina/ler/1045/acao-de-auditoria-interna-2021      |                                  |
| Indicação dos Agentes Representantes  | Realizada   |                                  |
| das Unidades Representativas da       |   |                                  |
| Câmara Municipal.                     |   |                                  |
| Parecer conclusivo das contas anuais. | Realizada: http://www.cmnv.es.gov.br/uploads/pca/2  |                                  |
|                                       | 020-camara-municipal-relatorio-de-contas-           |                                  |
|                                       | <u>1629838314.pdf</u>                               |                                  |
| Acompanhamento das Normativas.        | Realizada: Preparada minuta de alteração            |                                  |
| IN SRH 002/2014 V 4 – Cadastro de     |   |                                  |
| Servidores e folhas                   |   |                                  |
| IN SCS 001/2015 – Comunicação         | Realizada: Preparada minuta de alteração            |                                  |
| social                                |   |                                  |
| IN SCI 004/2013 – Vigências de        | Realizada - Publicada nova versão:                  |                                  |
| contratos e aditivos                  | http://www.cmnv.es.gov.br/uploads/normas/pdf/in-    |                                  |

Estado do Espírito Santo

| I  | scl006-2021-v1-1634652651.pdf  | I  |
|--|--|--|
|  | Selecte Boll VI Too residentiful   |  |
|  |  |  |
| Normativas aprovadas:  | IN SCL 5/2021 – Compras e Serviços com Dispensa de Licitação.  |  |
|  | Dispensa de Liertação.   |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  | IN SOU N" 001/2021 - Atribuições, Organização e  |  |
|  | Funcionamento da Ouvidoria   |  |
|  | IN STR N° 001/2013 v7 - uso e guarda do veiculo  |  |
|  | oficial  |  |
| Estudo de todas as normativas  | Realizada parcialmente   | Atendimento a outras   |
|  | -  | demandas mais urgentes   |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
| PLANO DE AÇÃO DO CONTROI   | L.<br>E. INTERNO   |  |
| I Em to DE nono Do contraor  | 2 11 11 21 11 10   |  |
| 2021   | 22 II (12 III (0   |  |
| -  | Situação   | Justificativa do não cumprimento                                 |
| 2021   | Situação   |  |
| 2021 Atividades  | Situação   | cumprimento  |
| 2021 Atividades Elaboração da Coletâneas das   | Situação   | cumprimento  Necessário concluir o                               |
| 2021  Atividades  Elaboração da Coletâneas das  Normativas   | Situação   | Cumprimento  Necessário concluir o estudo de todas as            |
| 2021  Atividades  Elaboração da Coletâneas das  Normativas   | Situação  Não realizada  | Necessário concluir o estudo de todas as                         |
| 2021  Atividades  Elaboração da Coletâneas das Normativas  Acompanhamento periódico nos  | Situação  Não realizada  | Necessário concluir o estudo de todas as                         |
| Atividades  Elaboração da Coletâneas das Normativas  Acompanhamento periódico nos processos de diárias de Servidores e   | Situação  Não realizada  | Necessário concluir o estudo de todas as                         |
| Atividades  Elaboração da Coletâneas das Normativas  Acompanhamento periódico nos processos de diárias de Servidores e Vereadores  | Situação  Não realizada  Realizada sem inconsistências   | Cumprimento  Necessário concluir o estudo de todas as            |
| Atividades  Elaboração da Coletâneas das Normativas  Acompanhamento periódico nos processos de diárias de Servidores e Vereadores  Promover na Câmara em parceria com                                    | Situação  Não realizada  Realizada sem inconsistências  Promovido semana de capacitação nos dia 22 a 26 de   | Necessário concluir o estudo de todas as                         |
| Atividades  Elaboração da Coletâneas das Normativas  Acompanhamento periódico nos processos de diárias de Servidores e Vereadores  Promover na Câmara em parceria com outros órgãos curso de capacitação | Situação  Não realizada  Realizada sem inconsistências  Promovido semana de capacitação nos dia 22 a 26 de novembro de 2021 nos temas: LGPD, Estudo  | cumprimento  Necessário concluir o estudo de todas as normativas |
| Atividades  Elaboração da Coletâneas das Normativas  Acompanhamento periódico nos processos de diárias de Servidores e Vereadores  Promover na Câmara em parceria com outros órgãos curso de capacitação | Situação  Não realizada  Realizada sem inconsistências  Promovido semana de capacitação nos dia 22 a 26 de novembro de 2021 nos temas: LGPD, Estudo Técnico Preliminares para licitação e elaboração do  | cumprimento  Necessário concluir o estudo de todas as normativas |
| Atividades  Elaboração da Coletâneas das Normativas  Acompanhamento periódico nos processos de diárias de Servidores e Vereadores  Promover na Câmara em parceria com outros órgãos curso de capacitação | Situação  Não realizada  Realizada sem inconsistências  Promovido semana de capacitação nos dia 22 a 26 de novembro de 2021 nos temas: LGPD, Estudo Técnico Preliminares para licitação e elaboração do termo de referencia e Nova Lei de Licitações e | cumprimento  Necessário concluir o estudo de todas as normativas |

| Participação em cursos, treinamentos e capacitações   | Participação do curso "Pratica em Controle Interno – TCES" e "Auditoria em folha de pagamento - TCES" Participação do curso promovido pela FEST LGPD, Estudo Tecnico Preliminares para Licitação e Elaboração do Termo de Referencia e Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.  Participação da audiência publica do CIDADES, realizada pelo TCES – Alterações no Sistema para 2022 |                          |
|---|---|--------------------------|
|   | Certificação pela Certiprof – Professional Knowledge<br>– FUNDAMENTOS NA LEI GERAL DE<br>PROTEÇÃO DE DADOS;   |                          |
| Apoio às diversas unidades na identificação dos pontos de controle a serem inseridos nas Instruções Normativas.               | Realizado   |                          |
| Acompanhamento da agenda de obrigações  | Realizado   |                          |
| No último dia util de cada mês, enviar informações ao Siscontaeleitoral, sobre ocorrência ou não que insejam inelegibilidades | Realizado   |                          |
| Acompanhamento nas publicações do site da Câmara Municipal  | Realizada, objeto de auditoria com recomendações  |                          |
| DEMAIS ATIVIDADES REALIZADAS NÃO PREVISTAS:   |   |                          |
| Atividades  | Descrição   |                          |
| Recomendações   | GONÇALVES Presidente da Câmara Municipal de Nova Venécia/ES. <b>Assunto:</b> Cumprimento da Lei Complementar 173/2020, Entendimentos TCES e observância da Recomendação do MPE 001/2020 <b>Memorando nº: 26/2021-</b> CMNV-ES/UCCI – JÂNIO RIGUETTE - Direct da Câmara Municipal de Nova Venécia/ES. Interessados: Agentes de serviç gerais e demais Servidores.                                |                          |
|   | Assunto: Análise dos pontos de controle da IN SSG n   | nº 001/2015 quanto a sua |

Estado do Espírito Santo

|                             | aplicabilidade e cumprimento por parte dos servidores propondo as devidas alterações objetivando um ambiente mais organizado e funcional.   |  |
|-----------------------------|---|--|
|                             | Memorando nº: 41/2021- CMNV-ES/UCCI - VANDERLEI BASTOS  |  |
|                             | GONÇALVES Presidente da Câmara Municipal de Nova Venécia/ES.  |  |
|                             | <b>Assunto:</b> Dá ciência a IN nº 74, de 15 de junho de 2021 do TCEES  |  |
|                             | Memorando nº: 52/2021- CMNV-ES/UCCI - VANDERLEI BASTOS  |  |
|                             | GONÇALVES Presidente da Câmara Municipal de Nova Venécia/ES.  |  |
|                             | Assunto: Regulamentação da Lei nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações e  |  |
|                             | Contratos Administrativos (NLLC) e Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)  |  |
| Visitas Técnicas:           | Conhecer a viabilidade da implementação do sistema de GPI – Gestão Pública Integrada, num contexto de modernização tecnológica e redução de custos.  A Controladoria juntamente com representantes das Unidades Administrativas da Câmara realizou visita à Prefeitura Municipal de Jaguaré/ES para verificar na prática a tramitação eletrônica de processos administrativos. Há dois anos aproximadamente, foi implantado o sistema de GPI – Gestão Pública Integrada,  Diante do contexto de modernização tecnológica, conhecendo os bons resultados evidenciados naquela Prefeitura, pretende-se iniciar na CMNV, as tratativas para implantação deste processo eletrônico, em consonância especialmente a Lei nº 14.129/2021 — que dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital, com a adoção de providências para implantação de sistema de processo administrativo eletrônico, como incentivo à boa prática administrativa. |  |
| Carta de Serviço ao Usuário | Atualizada, conjuntamente com a Ouvidora a Carta de Serviços ao Usuário numa proposta mais dinâmica de apresentação, com fins de facilitar o acesso aos serviços desta Câmara Municipal. <a href="http://www.cmnv.es.gov.br/pagina/ler/1043/carta-de-servicos-pagina-em-construcao">http://www.cmnv.es.gov.br/pagina/ler/1043/carta-de-servicos-pagina-em-construcao</a>  |  |

#### 1.1.4.4 Plano de cargos, vencimentos e carreira dos Servidores Públicos

| DEMAIS ATIVIDADES REALIZADAS NÃO PREVISTAS:    |   |
|--|---|
| Atividades                                     | DESCRIÇÃO   |
| Plano de reformulação de cargos dos Servidores | Elaboração e apresentação para apreciação da Presidência do "Plano de reformulação de Cargos", onde consta o planejamento das ações de Reformulação da Estrutura Organizacional da Câmara Municipal de Nova Venécia.  O plano prevê redução de cargos, mudanças de nomenclaturas, alteração do requisito de investidura para os cargos em comissão com fins de garantir maior |

Estado do Espírito Santo

|                                  | capacitação técnica e consequentemente melhorar os serviços ofertados.            |
|----------------------------------|---|
|                                  | Quanto aos cargos efetivos, exclusão de cargos considerados absoletos e a         |
|                                  | possibilidade de abertura de concurso público para novos cargos necessários e     |
|                                  | que não existem atualmente, e por fim, revisão das atribuições dos cargos em      |
|                                  | comissão com fins de garantir o cumprimento do CRFB/88 art. 37, inciso V.         |
|                                  | O plano tem como objetivo principal garantir o melhor uso dos recursos públicos,  |
|                                  | com pessoal mais qualificado e adequação as exigências da legislação pertinente.  |
|                                  |   |
| Programa Nacional de Prevenção à | Apresentação ao Gestor do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção, com o       |
| Corrupção – do Governo Federal   | preenchimento do Questionário do e-Prevenção juntamente com outras unidades       |
|                                  | administrativas da CMNV. Através da participação ao e-Prevenção, a CMNV           |
|                                  | participa e garante a implementação de praticas que auxiliam no diagnóstico de    |
|                                  | suscetibilidade à corrupção e melhoraram os sistemas institucionais de prevenção, |
|                                  | através de boas práticas de gestão.   |
|                                  |   |

Para 2022, vislumbra um novo cenário, com práticas mais eficientes através do monitoramento automatizado dos processos auditáveis, através da INFOCI - Informações do Controle Interno. A adoção da tecnologia possibilita a identificação dos riscos mais significativos de forma mais tempestiva, favorecendo o planejamento de ações de controle mais eficazes e proativas.

Das atividades previstas para o exercício de 2021, considera-se o cumprimento satisfatório, onde todas as atividades desenvolvidas foram balizadas pelo compromisso de agregar valor a gestão das diversas áreas do Poder Legislativo Municipal, pelo cumprimento das suas atribuições previstas em lei e atentando sempre para o cumprimento dos princípios que regem a atuação da administração pública.

A Controladoria valeu-se das recomendações como forma de auxiliar na prevenção de práticas ineficientes, antieconômicas, fraudulentas e que possam acarretar prejuízos ao Poder Público, além de assegurar o cumprimento de leis, regulamentos e diretrizes da Administração Pública do Poder Legislativo Municipal.

Estado do Espírito Santo

7 - CONCLUSÃO

Os resultados registrados neste relatório demonstram o empenho e o esforço da Câmara em

cumprir sua missão institucional: Exercer o controle da gestão pública de forma eficiente,

eficaz e efetiva, em benefício da sociedade.

O cumprimento da sua missão e a complexidade dos tempos modernos exigem da Câmara

Municipal o constante aprimoramento da estrutura e da forma de atuação, buscando dar

continuidade ao propósito de fortalecer a excelência no exercício de suas funções. E, como

fator preponderante para a obtenção dos objetivos e metas estabelecidos, merece destaque a

participação e o envolvimento de todas as unidades da Casa.

Em 30 de março de 2021.

Vanderlei Bastos Gonçalves

Presidente